

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 3.360, DE 2000

Dispõe sobre a privacidade de dados e a relação entre usuários, provedores e portais em redes eletrônicas.

Autor: Deputado NELSON PROENÇA

Relator: Deputado SANDES JUNIOR

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise estabelece o direito à privacidade dos usuários da Internet, obrigando os provedores de acesso a dar ciência prévia aos seus clientes – por meio de sinalização legível e clara – de que dados contidos em seu equipamento poderão ser coletados pelos provedores. A coleta não poderá ser feita se o cliente não concordar, e a cada nova coleta de dados, o provedor será obrigado a obter nova autorização do usuário.

Outro dispositivo relevante é o que prevê que as informações coletadas com a anuência dos usuários só poderão ser utilizadas para os fins que foram estabelecidos no termo de ciência aceito pelo usuário. Além disso, os usuários deverão ter acesso a seus dados armazenados no sistema do provedor, podendo corrigir os que julgarem incorretos ou inoportunos.

A não observância das normas previstas no Projeto de Lei sujeitará os infratores à multa de trezentos a mil reais, acrescida de um terço no caso de reincidência. O projeto foi encaminhado inicialmente a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicações e Informática, a qual compete se pronunciar



sobre o mérito da matéria. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

A disseminação do acesso à Internet na sociedade brasileira é um processo saudável e oportuno. Entretanto, o fenômeno vem sendo acompanhado de uma série de novos problemas para os quais a legislação ainda não está preparada para lidar.

A falta de uma legislação que regule a matéria permite que as informações pessoais das pessoas sejam coletadas por sistemas e programas instalados nos equipamentos dos usuários, muitas vezes sem que estes tenham sequer o conhecimento que estão sendo monitorados. Posteriormente tais informações com dados e hábitos pessoais dos cidadãos podem ser livremente vendidas e disponibilizadas na Internet.

Fica claro, portanto, que estamos diante de uma clara violação do direito fundamental à privacidade, previsto no art. V, inciso X de nossa Constituição Federal. Os Estados Unidos da América e a União Européia já adequaram suas legislações a fim de tornar tais práticas ilegais e preservar o direito à privacidade de seus cidadãos.

Dessa forma, consideramos que a matéria reveste-se de inequívoco caráter meritório, cumprindo a importante função de dotar a sociedade brasileira de um arcabouço legal que lhe garanta um de seus mais importantes direitos fundamentais.

Diante do exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 3.360, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado SANDES JUNIOR
Relator

